



**O NACIONAL-POPULAR NA FICÇÃO DE VIVA O POVO BRASILEIRO:
INVESTIGAÇÕES HISTÓRICAS**

**THE NATIONAL-POPULAR IN THE FICTION OF VIVA O POVO
BRASILEIRO: HISTORICAL INVESTIGATIONS**

Anderson Silveira de França¹

Crisandeson Silva de Miranda²

DOI: 10.26512/aguaviva.v3i1.12197

Recebido em: 14 abr. 2018

Aceito em: 18 mai. 2018

RESUMO: Este artigo fará uma discussão acerca do tema “o popular-nacional” em *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, romance histórico que narra, de forma ficcional, parte da história do Brasil. A obra mostra personagens subjugados, - como negros e mulatos e também como estes foram desumanamente reificados, mas que resistiram, dentro das suas possibilidades, pela religião e pela fé – assim como comerciantes e nobres; heróis e míticos. A obra permeia quase 4 séculos, partindo dos seguintes pontos: a história e o nacional-popular, além de abordar de que forma estes aspectos estão relacionados e de que modo foram absorvidos por Ribeiro para a construção do seu grande romance histórico, na tentativa de revelar os dilemas vividos pela conjuntura social na construção do Brasil.

Palavras-chave: Popular-nacional; Subjugados; Romance histórico; Dilemas nacionais.

ABSTRACT: This article will make a discussion about the theme "the popular-national" in *Viva o povo brasileiro* (1984), by writer *João Ubaldo Ribeiro*, a historical novel that narrates, from fictional form, part of the history of Brazil. The work shows subjugated characters, such as blacks and mulattoes, and also how they were inhumanly reified, but who resisted, within their possibilities, by religion and faith - as well as merchants and nobles; heroes and mythical. The work permeates almost 4 centuries, starting from the following points: history and national-popular, besides addressing in what way these aspects are related and in what way they were absorbed by Ribeiro for the construction of his great historical novel, in the attempt of reveal the dilemmas experienced by the social conjuncture in the construction of Brazil.

Keywords: Popular-national; Subjugated; Historical novel; National dilemmas.

¹ Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Assistente na UNIPLAN/DF. E-mail: anderson.literatura@gmail.com

² Mestrando em Crítica Literária pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: zander_21@hotmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo proporá um olhar analítico acerca de alguns vieses do romance *Viva o povo brasileiro* (1984), do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, obra publicado em 1984, partindo dos seguintes pontos: a história e o nacional-popular. Para tanto, vale ressaltar que este estudo demonstra como estes elementos, a história e o popular, estão imbricados e como eles são absorvidos por Ribeiro para a construção do seu grande romance histórico.

Com efeito, em um primeiro momento, este artigo apresentará um sucinto panorama sobre o romance histórico – gênero literário peculiar –, tendo como ponto de partida a filosofia estética de Gyorgy Lukács, bem como apontamentos teóricos de outros autores para discutir questões do entrelace história-cotidiano em *Viva o povo brasileiro* (1984) (1984) (1984), descortinando assim, uma narrativa com personagens da ordem social da época: negros, mulatos, comerciantes e nobres; heróis e míticos.

Em tempo, será feita também uma exposição sobre a permanência do romance histórico no Brasil, onde a tradição atlântica do lado de cá nos permite olhar de um modo diferente para este gênero - romance histórico -, uma vez que há um forte dilema sobre como se deu, de fato, a construção da nação no período colonial mediante a tantos fatores históricos conflituosos, tais como a Independência (1822) e a República (1889), que não alterou praticamente nada no cotidiano da população. É válido lembrar que o Brasil, em seu processo histórico, não teve nenhum grande fato que revolucionasse sua história significativamente: quase todas ou todas as fissuras históricas estavam ligadas a “decisões de gabinete”.

No tópico adiante, será realizada uma breve explicação sobre a definição da expressão ‘popular-nacional’, utilizando como referência a autora Marilena Chauí, a qual emprega como base teórica Antônio Gramsci que teoriza o popular-nacional, como sendo o ato que:

[...] transforma a multiplicidade dos desejos das diversas culturas – muitas vezes conscientes da sua individualidade e da sua história – num único desejo: o de participar do sentimento nacional (NOVAIS; CHAUI, 1983, p. 8).

Por fim, será analisado no romance *Viva o povo brasileiro* (1984), questões que versam sobre o histórico e o popular-nacional, sendo necessário tratar sobre os caracteres



sócio-político e cultural, engendrados em um projeto de nação, o qual torna esta vertente um elemento de conexão na influência do cotidiano do indivíduo. Esta colocação carece de análise cuidadosa, em virtude da “desconstrução social” que a narrativa de João Ubaldo apresenta.

O romance histórico

O gênero romance conquistou sua hegemonia no período histórico em que o mundo ocidental estava organizado nos moldes capitalistas de vida e produção. Uma das obras mais expressivas da humanidade é *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, considerada a primeira obra romanesca. Este gênero tornou-se, no decorrer dos últimos séculos, mais precisamente a partir do século XIX, na mais relevante e complexa forma de expressão literária.

Tratando-se de romance histórico, o principal estudioso deste gênero é o crítico Gyorgy Lukács. Ele afirma que foi o escritor escocês Walter Scott (com a obra *Waverley Novels* de 1814), o responsável pelo surgimento dessa forma. Segundo o autor húngaro, ao chamado romance histórico anterior ao romancista escocês, faltava precisamente o ‘específico histórico’, ou seja, o derivar da singularidade histórica de seu tempo e a excepcionalidade na ação de cada personagem.

Regina Zilberman, em seu ensaio *O romance histórico - teoria e prática*, relata que “não há romance histórico antes de Scott, e este não se expressa em outro registro: ‘criador e criatura’ unem-se numa única forma, que se evidencia como ideia e como realização num processo uniforme e único” (ZILBERMAN, 2003, p.115). Ela reitera também que:

Georg Lukács faz, pois, duas exigências ao romance histórico: a recuperação da “singularidade histórica de uma época”, o que logo a seguir, ele designará como “verdade histórica” (p. 15); a tradução da singularidade histórica por meio da atuação da personagem, de modo que o comportamento dos agentes explicita as peculiaridades da época representada. (ZILBERMAN, 2003, p.113).

Já Arlenice Almeida, em *O gênero romance histórico* (1999), aponta que o romance histórico nasce do romance social do século XVIII, pois o desenvolvimento do romance social torna possível esse gênero na medida em que o romance histórico



transforma o romance social em uma autêntica história do presente. Para Almeida, o romance histórico permite formalizar através da “intensificação dramática”, as relações recíprocas entre a ‘psicologia dos homens e as circunstâncias econômicas de suas vidas’; neste sentido, a história não salva o indivíduo problemático, mas fornece a chave de seu desajuste e solidão.

Para a compreensão do momento que possibilitou o surgimento do romance histórico, Lukács, no ensaio *A forma clássica do romance histórico*, presente no livro *O romance histórico* (2011), o qual esclarece que o ano de 1814 foi decisivo porque Napoleão foi derrotado pelas tropas aliadas de ingleses e austríacos, encerando, assim, o ciclo revolucionário iniciado pelo movimento de 1789.

Com esse evento, se completou um processo que deu aos europeus um “sentido histórico”, fundamental para o surgimento e a consolidação do romance histórico. Tendo em vista que a ascensão e a queda de Napoleão foram um fenômeno vivido pela população que se converteu numa “experiência de massas”. Neste momento, fortaleceu-se nas pessoas a ideia da existência de uma história e que esta intervém diretamente na vida dos indivíduos de todas as camadas sociais.

Isso fica mais evidente nos pós 1848 (Primavera dos Povos), momento em que se percebe que a história não está apenas na mão da elite, vendo-se uma aristocracia que vai ficando para trás, uma burguesia que também vai se afirmando e uma classe operária que vai buscando espaço. Essa apropriação do “sentido histórico” possibilitou aos indivíduos perceber sua autêntica existência como algo condicionado historicamente; as pessoas passaram a analisar que a história é algo que intervém intensamente em sua vida cotidiana e em seus interesses imediatos.

Diante da experiência do romance social e dos momentos revolucionário pelos quais os países da Europa vivenciaram no século XIX, surgiu com Scott o romance histórico, possibilitando ao público uma leitura reabilitadora, autêntica e épica que capta a vida social em sua essencialidade. O romance histórico é um fenômeno que sobrevive até os dias atuais, mostrando: a história em movimento, a relação entre a vida pública e privada, a valorização da história que se concretiza no cotidiano, as forças antagônicas no decorrer do tempo, assim como o reconhecimento que essa história é mutável e também a importância de resgatar o passado para compreender o presente e os desdobramentos futuros.



O romance histórico no Brasil

De acordo com Antonio Candido (2000) em *Formação da literatura brasileira*, o romance no Brasil, quanto à matéria, surgiu regionalista e de costume, apoiou-se desde cedo para a exposição dos tipos humanos e formas de vida social nos ambientes urbanos e rurais. O romance histórico se desenvolveu nessa mesma orientação. Os românticos ambicionavam, numa certa utopia retrospectiva, estabelecer um passado heroico e lendário para a nossa civilização, dando tanto quanto possíveis traços autóctones. O grande crítico brasileiro, ao abordar sobre o gênero romance no Brasil, se refere a uma linha histórica que parte de Joaquim Manuel de Macedo (*A Moreninha* – 1844) a Jorge Amado:

O desenvolvimento do romance brasileiro, de Macedo a Jorge Amado, mostra quanto a nossa literatura tem sido consciente da sua aplicação social e responsabilidade na construção de uma cultura. Os românticos, em especial, se achavam possuídos, quase todos, de um senso de missão, um intuito de exprimir a realidade específica da sociedade brasileira. E o fato de não terem produzido grande literatura (longe disso) mostra como são imprescindíveis a consciência propriamente artística e a simpatia clarividente do leitor – coisa que não encontramos senão excepcionalmente no Brasil oitocentista. A vocação pública, o senso de dever literário não bastam, de vez que o próprio alcance social de uma obra é decidido pela sua densidade artística e a receptividade que desperta em certos meios (CANDIDO, 2002, p. 102).

Sobre a prosa de ficção no Brasil, Regina Zilberman (2003) aponta para as experiências pioneiras realizadas por João Manuel Pereira da Silva (*O aniversário de D. Miguel* de 1828, *Religião Amor e Pátria*, ambos de 1839). A autora descreve que um impacto, dessa ordem, em relação ao sistema literário, foi pequeno e insignificante. O mesmo não se pode dizer de José de Alencar, que segundo Antônio Roberto Esteves, um dos mais renomados pesquisadores do romance histórico brasileiro da atualidade, é Alencar que consolida o romance histórico no Brasil, em obras como *O Guarani* (1857), *As minas de prata* (1862), *Guerra dos Mascates* (1871) etc.

Ainda sobre esse início, Pedro Brum Santos (2011) - no seu artigo *Literatura e intervenção: Romance Histórico no Brasil* - ressalta que a nossa ficção histórica nasceu romântica e logo se apoiou na temática indianista e rural, apoderando-se assim do nacional. Segundo ele, esse gênero no Brasil foi bastante difundido no século XIX, no entanto, no final do romantismo, passou por uma crise, deixando, porém, a senda de uma



consciência histórica que só será reacendida pelas gerações seguintes sob a inspiração do regionalismo. O pesquisador destaca que os romances rurais de José de Alencar (*O gaúcho* – 1870, *O tronco do ipê* – 1872 e *Til* do mesmo ano e *O sertanejo* 1875) eram a tradução do tema da nacionalidade literária orientada pela matéria histórica, mas esbarrada no mito.

O estudioso ainda revela que na última década oitocentista, as expressões nativas e populares, o simbolismo, as imagens e tipos regionais já interessam menos como mito ou história, perdendo espaço para inerente carga de conflitos sociais ou morais. Nesse sentido, os assuntos passam por uma redefinição girando em torno de fenômenos climáticos, ciclos econômicos, rusticidade e solidão dos tipos humanos das campanhas ou dos sertões. Para explicar melhor esse momento, o pesquisador cita Afrânio Coutinho: “[cria-se] um tipo de herói — o herói regional — de estatura quase épica em seus aspectos de super-homem, em luta contra um destino fatal, traçado pelas forças superiores do ambiente” (BRUM *apud* COUTINHO, 1986, p 237).

João Paulo Ferreira dos Santos (2017), em sua obra, *Jorge Amado e o Romance Histórico do Cacau*, destaca que neste período, o romance histórico, é assinalado por uma visível baixa e após passar por uma ressignificação corroborada por Machado de Assis (o qual sentenciava nacionalismo com o comprometimento com o presente); deste modo, o romance histórico brasileiro ressurgiu com uma nova roupagem na obra do maior romancista realista da literatura brasileira. Sendo assim, o romance que inaugura a fase madura do escritor em 1881 é *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o qual sai do rural para o urbano, redimensionando a técnica de narrar, partindo de sequências repletas de cortes e elipses e de uma voz narrativa pouco confiável e estruturada por um tom irônico. Vale lembrar que Machado de Assis se afasta consideravelmente do modelo histórico consagrado pelo romantismo e o enfoque da sua narrativa passa ser realista e materialista.

No século XX, a expressão do romance histórico se recua da perspectiva a um passado distante, cabendo aos autores regionalistas garantirem um vínculo orgânico com a tradição anterior, apontando a consciência histórica para o interior brasileiro.

Ainda em tempo, Santos (2017) faz uma revisão sobre esse gênero no Brasil, o romance histórico, e ressalta a importância de *Os sertões* (1902), do carioca Euclides da Cunha. Segundo o pesquisador, essa obra, com uma forte temática política e social, revela uma realidade histórica brasileira que resultará em um divisor de águas em nível estético e ideológico, vivenciado pelo romance moderno. Nesse sentido, o romance nos anos de



1920, assume uma tendência concentrada nos aspectos estéticos e nos anos 30, nos aspectos ideológicos (Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queirós etc.).

É nessa sucessão de obras que os autores, em destaque, possibilitam a tessitura que se conectará ao romance histórico *Viva o povo brasileiro* (1984), obra cujo corpus será o objeto de análise desse artigo.

A história e o nacional-popular

Além das explicações delimitadas acerca da evolução do gênero romance, bem como o desenvolvimento do romance histórico no Brasil, revisados, é importante destacar a ideia do que é o ‘nacional-popular’, conceito que carece de elucidação e permeará a compreensão da análise.

No livro, *O nacional e o popular na cultura brasileira – Seminários* (1983), Marilena Chauí reúne informações que facilitam na compreensão da expressão nacional-popular. Segundo Adauto Novaes, na apresentação deste livro, o nacional-popular é “a unidade que destrói as diferenças culturais e impede a identificação do indivíduo à sua classe, raça e etnia” (CHAUÍ, 1983, p.8). Ele, Novaes, acrescenta que a modernidade da cultura deve ser entendida nesse sentido:

[...] o nacional não deixa de fora o povo, que passa a participar da configuração do poder. Mais ainda – e esse é o grande trunfo da identidade cultural: transforma a multiplicidade dos desejos das diversas culturas – muitas vezes consciente da sua individualidade e da sua história – num único desejo: o participar do sentimento nacional. Operação diabólica e eficiente que faz com que o desejo recaia não sobre um objeto real – a própria cultura – mas sobre um sentimento externo e abstrato. Assim, nos projetos de cultura nacional-popular, determinada cultura – a negra, por exemplo – perde a relação com o seu tempo e sua história; perde ao mesmo tempo o desejo de progresso consciente e voluntário; perde enfim, o próprio ato de revelar-se a si mesmo e aos outros. Ganha-se, por outro lado, uma identidade cultural construída de fragmentos de representações colocadas pela linguagem de interesse para produzir a “síntese” regulada e unificadora que torna cada vez mais imprópria a diferença, a distorção, o enigma e revelação do novo. Apagam-se as diferenças culturais em favor da ficção de que todos somos iguais. Ampliam-se as zonas de sombra e silêncio sobre o que “deve” ser esquecido e sobre o que não deve: a música, a paisagem, o cheiro, a cozinha, os sonhos, tudo ganha seu lugar e sua forma na ordem racional do modelo [...] (CHAUÍ, 1983, p. 9).



Para compreender a discussão conceitual sobre o nacional-popular, Chauí recorda algumas proposições do teórico Antonio Gramsci, revelando que ele, Gramsci, desenvolveu suas reflexões sobre o tema, objetivando compreender a construção de um “conceito” de nacional-popular como tentativa contra a hegemonia e de antifascismo. As análises políticas gramscianas tomam o nacional como a possibilidade de resgatar o passado histórico-cultural como patrimônio das classes populares; esse nacional passa a ser o passado resgatado pela consciência e pelo sentimento popular.

Já o popular é visto segundo as determinações econômicas e sociais e da divisão social das classes. Gramsci demonstra que o popular na cultura constitui a transfiguração significativa de realidades vividas, conhecidas, reconhecíveis e identificáveis, cuja percepção pelo artista e pelo povo coincide-se. E adiciona que esse trabalho pode ser realizado tanto pelos intelectuais “que se identificam com o povo” quanto por aqueles que saem do próprio povo, na qualidade de seus intelectuais orgânicos.

Chauí ainda revela que Gramsci era consciente que a hegemonia produz a maneira como os indivíduos representam a si mesmos e uns aos outros na sociedade, o jeito como interpretam os acontecimentos, o espaço, o tempo, o trabalho e o lazer, a dominação e a liberdade, o possível e o impossível, o necessário e o contingente, as instituições sociais e políticas, a cultura em sentido restrito, numa experiência convvida ou mesmo refletida, global e englobante, cujas balizas invisíveis são encravadas na história pela classe dominante de uma sociedade.

Ela, Chauí, ressalta que ele, Gramsci, também estava ciente que essa totalização é um conjunto complexo ou um sistema de determinações contraditórias, cuja resolução não só implica remanejamento ininterrupto das experiências, ideias, crenças e dos valores, mas ainda facilita o surgimento de uma contra hegemonia por parte daqueles que resistem à interiorização da cultura dominante, mesmo que essa resistência possa manifestar-se sem uma deliberação prévia podendo, em seguida, ser organizada de maneira sistemática para um combate na luta de classe.

Para capturar a essência do nacional-popular, a cultura se torna imprescindível, pois esta é de certa forma, a absorção mais perfeita do tempo e da história, na medida em que submete o fluxo temporal das coisas à ação temporal dos homens, os que fazem sua própria história, ainda que não o saibam em condições que não escolheram.

Assentado nos pressupostos anteriormente exibidos, este trabalho seguirá com a análise do romance *Viva o povo brasileiro* (1984), sob o enfoque do histórico e do



nacional-popular. Para tanto, focará nos seguintes tópicos retirados do texto literário: a resistência do povo negro como única alternativa para exercer suas práticas religiosas e a manobra da elite, objetivando a participação alienada do povo na Guerra do Paraguai.

Para Luís Bueno, em *Uma história do romance de 30* (2006), a importância de uma obra pode ser pensada em função do papel que teve no debate de seu período ou em momentos que não o presente do historiador da literatura. Juntando-se a isso, ele, Bueno, ressalta a obrigação crítica, por parte do artista da palavra, de diferenciar as experiências que lhe florescem mais bem acertadas ou duradouras, já que o pretérito literário não se consume em si, mas elucida acertados sentidos do que se faz no presente onde é bom sempre recordar, onde estão fincados os pés do historiador da literatura.

A resistência do negro

Viva o povo brasileiro (1984) é um romance histórico de muitas vozes, oriundas tanto do lado dominante, quanto dos negros subjugados que provoca uma reflexão acerca da construção da identidade brasileira, em função das diversas histórias que compõem o cenário da construção do popular-nacional. Neste enredo, precisamente no embate colonial, as forças sociais estão primordialmente em combate: negros escravizados e controlados pela violência, como mão de obra reificada e brancos portugueses ou descendentes que interagem com aqueles de uma forma conflitante face aos seus próprios interesses.

A narrativa de João Ubaldo perpassa mais de 300 anos, cujo século XIX é o que tem maior destaque, não se esquecendo de que a história do Caboco Capiroba se desnovela no século XVII, iniciada em 1647. Sendo assim, este texto possui diversos personagens brancos, mulatos e negros, como Dadinha, Nego Leléu, Vevé e outros, num misto de tensão e sofrimento, mas pautado por uma poética literária que encanta o leitor todo o percurso da narrativa. Voltando ao romance na época colonial, os brancos portugueses ou descendentes interagem com os negros e mestiços de forma conflitante face aos seus próprios interesses.

Outro protagonista deste romance é Amleto, o qual enricou com sua esperteza, à custa do Barão de Pirapuama, personagem este que se destaca na narrativa com o combate da independência, se constituindo um inautêntico herói. Em *Viva o povo brasileiro* (1984), o ambicioso Perilo Ambrósio, o Barão, chega ao ponto de entregar a



família, por meio de falso testemunho, sendo esta expulsa do Brasil para Portugal se constituir este falso herói:

E Perilo Ambrósio, mordendo o lábio inferior, falou exatamente da maneira que havia planejado com tanta frequência:

- Entre a pátria e a família, minha boa mulher, Deus há sempre de me dar força para escolher a primeira, eis que vale mais o destino de um povo que a sina de um só (RIBEIRO, 1984, p. 35).

Essa passagem do livro demonstra como a consciência do herói nacional é constituída de maneira destrutiva e se configura em um aniquilamento tanto da própria família quanto do povo, pelo fato de ter forjado a história para se tornar um mártir, de forma sórdida, matando um negro escravo para se beneficiar da situação:

Perilo Ambrósio ficou contente que tudo resultara muito bem até o ultimo pormenor, embora já antes tivesse seguro de que o tenente encontraria Inocência morto. Afinal, quando sangrara à faca, para lambuzar-se de seu sangue e assim apresentasse ao tenente, terminar por dar-lhe mais cauteladas do que planejara, já que os braços e as mãos lhe fugiram do controle e golpeou o negro como se tivesse tendo espasmos. Melhor que haja morrido logo, e não se pode negar que de um modo ou de outro deu sangue ao Brasil, pensou Perilo Ambrósio, voltando as costas e cutucando mansamente as ilhargas do cavalo para tomar de vez a estrada (RIBEIRO, 1984, p.27).

A sobreposição social e econômica dos mais favorecidos demonstra uma época, o século XIX, por exemplo, que as políticas estavam voltadas para a defesa-e priorização desses brancos – dominantes – e para o influxo de comercialização dos negros, ato que subjaz a grande procéla de sofrimento dos cativos. Essa afirmação se ratifica quando João José Reis diz que “Senhores e autoridades escravistas na Bahia, como em toda parte, usaram a violência como método fundamental de controle dos escravos” (REIS E SILVA, 1999, p. 32).

Neste mosaico social, para uma análise mais profícua, vale destacar que uma investigação leva à outra. Assim, diante da obra de João Ubaldo Ribeiro, abre-se uma questão essencial e perscrutora sobre uma possível forma de resistência dos negros diante de um mundo em que a demolição humana e a negação cultural destes tornavam-se uma rotina impiedosa, por parte dos brancos. Esta resistência era dada principalmente pela fé e pela religião africana, um modo de autonomia subjetiva e uma maneira de manter a identidade construída nas origens trazidas no atlântico de lá, porém, tudo isso, de modo



secreto, à revelia dos olhos dominantes e corajosamente como pode ser apontado na passagem a seguir em que Patrício Macário - filho de Amleto -, representante da força opressora do lado dominante, por um ser um oficial, presenciou um ritual religioso dos negros, que era sempre feito nas capoeiras, uma vez que a opressão esmagadora coibia a as práticas religiosas desses indivíduos renegados:

Mal ouviu o Zé Popó explicar-lhe ainda que aquela gente não desejava nem iria fazer nada demais, apenas entregar-se a uma prática que vinha de muitos e muitos anos, passada de geração em geração. Pedia ao major que os perdoasse, nos levasse a mal, muitos deles eram pobres cativos, não tinham alegria nenhuma na vida, exceto aqueles pequenos momentos secretos (RIBEIRO, 1984, p. 466-467).

Com efeito, esta resistência é um exemplo de manifestação do popular-nacional que vai de encontro à hegemonia dominante. Isto dá a ver com a hipótese de que essa ordem social opressora segrega a religião e os costumes dos menos favorecidos, que no caso da narrativa de *Viva o povo brasileiro* (1984), são os negros. Sobre isso, Chauí diz que:

Gramsci afirma que existem uma religião e uma moral do povo, muito diversas daquelas organizadas pelos intelectuais da hierarquia eclesiástica e da classe dominante, fazendo com que existam crenças e imperativos muito fortes [...] distingue aí três estratos: os fossilizados, que refletem condições da vida passada e que e por isso são reacionários e conservadores; os inovadores e progressistas, determinados espontaneamente pelas condições atuais de vida e, finalmente, aqueles que estão em contradição com a religião e a moral vigentes. São estes que devem muito mais interessar a quem se ocupa do popular nacional (CHAUÍ, 1983, p. 15).

Nesta análise, a resistência dos negros, por meio da religião, endossa que eles não têm consciência que fazem parte do popular nacional, uma vez que, segundo Gramsci, são eles que estão na ‘contramão da ordem estabelecida’.

Povo como manobra política na guerra do paraguai

A passagem a seguir está presente no capítulo 13 do romance em questão. Esta ligação conecta com o capítulo 14 e mostra o esforço do narrador por caracterizar ficcionalmente o universo do povo brasileiro diante do episódio histórico intitulado: Guerra do Paraguai. O trecho, a ser descrito, faz parte de um anúncio de panfleto que fora



entregue à população pelo grupo comandado pela Maria da Fé, uma guerreira que combatia as injustiças sociais estabelecidas pela classe dominante. Tal anúncio entregue em meio a um tradicional evento que ocorria no dia 07 de janeiro na Ilha de Itaparica, episódio que comemorava a vitória do povo baiano contra os invasores estrangeiros. O objetivo representado nesse anúncio era o de conscientizar seus pares sociais (os excluídos) sobre sua condição de povo brasileiro.

[...] Ainda não contentes, distribuíram panfletos em que perguntavam se era possível haver país independente em que o povo era escravo e os senhores empregados do estrangeiro. Perguntaram também se iam ao Paraguai lutar para defender um país que não era dos que iam lutar, mas dos que os enviavam à luta e permaneciam em casa, escrevendo poemas, fazendo discursos e ficando cada vez mais ricos. Perguntaram se havia escravos no Paraguai, se havia pobres miseráveis no Paraguai. Se havia, de pouca glória seria a luta, pois um dono de escravo era igual a outro dono de escravo, não importava que língua falasse ou que cor tivesse, e não cabe ao escravo que se considera, não escravo, mas gente, lutar por este ou aquele senhor, mas contra todos os senhores. Se não havia, por que lutar contra um povo livre, a favor de senhores de escravos e exploradores? Se havia, também por que lutar, já que a luta é aqui, não lá fora? E, finalmente ainda não contentes com tudo isso, pintaram as paredes dos sobrados e os muros das casas com letras sesquipedais que diziam “viva nós, viva o povo brasileiro, viva nós, viva o povo brasileiro que um dia se achará, viva nós que não somos de ninguém, viva nós que queremos liberdade para nós e não para os nossos donos [...]” (RIBEIRO, 1984, p. 425).

Nesse acontecimento, tem-se como integrante, Zé Popó, que é filho de João Popó. O pai era um respeitado combatente que participara da “vitória final dos itaparicanos sobre a mata opressora” (RIBEIRO, 1984, p. 425). É um dos principais responsáveis na Ilha de Itaparica pelas comemorações que ocorrem no dia sete de janeiro. João Popó passa por uma vergonha social quando não consegue com que nenhum dos seus inúmeros filhos se alistem para participar como combatente na Guerra do Paraguai. Vale destacar que foi um problema conter os inúmeros voluntários da ilha que se prontificaram a lutar na guerra: “Mesmo assim, muitos ficaram de fora e, revoltados, já pensavam em organizar outra companhia, fazer qualquer coisa para ir à guerra, porque todos achavam que deviam ir à guerra” (RIBEIRO, 1984, p. 427).

A frustração de João Popó em não ter a alegria de ver um dos seus filhos lutando pela pátria era tão intensa, que após um período de depressão, de recaídas, e de provocações sociais, ele mesmo (já com idade que não permitiria as lutas que envolvem



uma guerra) em ato de desespero, dispôs os seus bens e a sua vida para defender a sua nação, sendo seu oferecimento recusado.

Neste contexto, cabe dizer que a humilhação de João Popó era algo conhecido por todos e isso foi o que mobilizou o seu filho Zé Popó - tido como a 'ovelha negra' da família, pois integrava o bando comandado por Maria da Fé-, a sensibilizar-se com a vergonha do pai e resolver ser o único dos 'Popós' a lutar pela nação. Embora tivesse consciência que essa não era uma luta dele (e do bando do qual participava), Zé Popó recebeu o apoio de Maria da Fé, pois ela entendera que a causa se tratava de um ato de humanidade e demonstrou uma ampla reflexão:

[...] – Eu sei que é verdade tudo o que pensamos sobre essa guerra e tudo que pensamos sobre a situação de nossa terra, mas também essa é a nossa terra, é até principalmente nossa, que somos quase todos os que nasceram e vivem nela. Portanto, há uma coisa nessa guerra que também é nossa, é a nossa terra, ou será um dia a nossa terra. Temos que resolver pelo que nós achamos, pelas nossas ideias, porque isso é necessário, mas não podemos esconder outras coisas, talvez miúdas, mas sempre existentes. Eu também sinto um arrepio quando se fala no Brasil, quando ouço os hinos e vejo o povo levantar os olhos para a bandeira. Pois não é nossa bandeira e é nossa bandeira (RIBEIRO, 1984, p. 431).

Ainda nesse diálogo, Maria da Fé relata que o Exército:

[...] tem sido sempre um bando de maltrapilhos desordeiros comandados por estrangeiros que desprezam tudo aqui recheado de mercenários também estrangeiros que tudo desprezam O Exército, que é da gente do povo, tem sido sempre a pior arma contra o povo, mais do que a polícia, mais do que a inquisição [...] (RIBEIRO, 1984, p. 431).

Nesse ponto da narrativa, texto literário e contexto histórico são mostrados nessa obra de forma articulada, apontando dialeticamente para as mútuas relações. A divisão de ordem social e de interesses que está presente por todo o romance. O nacional-popular se torna necessário para a percepção da construção do imaginário de um povo que se move inconscientemente e não percebe quando estão sendo usados como manobra de interesses que não são os seus.

A participação e a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai, narrada nesse romance, não trouxeram nenhuma mudança para a vida dos marginalizados, que aqui viviam e se



sentiam despertencidos (como é possível perceber nos trechos citados). O sangue de muitos brasileiros e paraguaios mortos, nas batalhas, em nada aproximou o povo brasileiro: ricos continuarão cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. O governo estava mais preocupado em manter o seu poder econômico do que melhorar a vida do povo que governava.

Mais uma vez, a literatura apresenta a história contada por meio da sua linguagem, que difere da história narrada nos livros oficiais, mas que auxilia significativamente na reconstrução do passado esquecido, empoeirado e escondido. Afinal, apenas tomando posse do laço histórico é que se compreende o presente e se altera o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, procurou-se revisar os conceitos sobre o romance histórico, bem como o romance histórico no Brasil, para a compreensão de como este subgênero, romance histórico, se dá do lado de cá do Atlântico, tendo como *corpus* de pesquisa *Viva o povo brasileiro* (1984). Partindo da reflexão do popular-nacional, foi possível refletir sobre a importância da cultura e da história brasileira, tão bem recontada ficcionalmente pelo seu autor, João Ubaldo Ribeiro.

Neste cenário, foi mostrado, como o texto literário e o contexto histórico surgem de forma articulada, demonstrando o nacional-popular, a construção da identidade nacional e as preocupações sociais do escritor em uma tentativa de responder artisticamente aos dilemas vividos pela conjuntura social.

Diante disso, a narrativa suscita uma releitura capaz de preencher as lacunas deixadas pela história oficial, demonstrando as manobras e atrocidades que a elite brasileira realizou no decorrer da história para permanecer no poder, contra os menos favorecidos, subjulgados, os quais foram desumanamente reificados e que resistiram, dentro das suas possibilidades, pela religião e pela fé.

Para tanto, foi possível perceber, conforme destaca Edvaldo Bergamo (2008), que a realidade social não se encontra diretamente refletida no objeto de arte, mas aparece modificada pelo processo de mediação e transfiguração que permeia toda manifestação artística. Sendo assim, é possível perceber que o romance *Viva o povo brasileiro* (1984) apresenta a realidade histórica e social brasileira por meio da ótica do romancista baiano.



Por fim, espera-se que a análise desse romance histórico traga um novo olhar sobre os mandos e desmandos de uma elite que destróçou a identidade de um povo. Somente mergulhando no passado, é possível compreender o presente e mudar a história. Vale ressaltar, finalmente, que a leitura de *Viva o povo brasileiro* (1984) permite imaginar a construção do nacional-popular no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BERGAMO, Edvaldo. **Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo literário português**. São Paulo, UNESP, 2008.
- BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: Editora da Unicamp 2006.
- CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira, (momentos decisivos), 2º volume**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **O Nacional e o popular na cultura brasileira - seminários**. São Paulo: editora brasiliense s. a, 1983.
- ESTEVES, Antônio R. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. São Paulo: Unesp, 2010.
- LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- RIBEIRO, João Ubaldino. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SANTOS, João Paulo Ferreira dos. **Jorge Amado e o Romance do Cacau**. Dissertação de Mestrado, Brasília: UNB, 2017.
- SILVA, Arlenice Almeida da. **O épico moderno**. O romance histórico de György Lukács. Tese de Doutorado. São Paulo: Usp, 1999.
- SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- ZILBERMAN, Regina. Romance histórico: teoria e prática. In: BORDINI, Maria da Glória(org.). **Lukács e a literatura**. Porto Alegre: PUC/RS, 2003.
- Floema — Ano VII, n. 9, p. 283-303, jan./jun. 2011 **LITERATURA E INTERVENÇÃO: ROMANCE HISTÓRICO NO BRASIL** Pedro Brum Santos.